

AI. Nº - 207095.0805/04-3
AUTUADO - FERONIT COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ PEDRO ROBERTSON DE SOUSA
ORIGEM - INFAZ ALAGOINHAS
INTERNET - 10.11.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0429-03/04

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. a) MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS. Infração caracterizada. b) EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS. Infração caracterizada. 2. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME. a) OMISSÃO DE DADOS. SALDOS INICIAL E FINAL DO LIVRO CAIXA. MULTA. Infração comprovada. b) OMISSÃO DE DADOS. ESTOQUES REGISTRADOS NO LIVRO REGISTRO DE INVENTÁRIO. MULTA. Infração comprovada. Auto de Infração PROCEDENTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 16/08/2004, exige ICMS de R\$9.845,15 e multa de caráter acessório de R\$280,00, em razão das seguintes irregularidades:

01. Recolheu a menor o ICMS na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA) relativo aos meses de abril e junho a setembro de 2001, totalizando R\$500,00.

02. Recolheu a menor o ICMS na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA) relativo ao período de outubro de 2001 a dezembro de 2002, totalizando R\$9.345,15.

03. Omitiu dados nas Informações econômico-fiscais apresentadas através de DME (Declaração de Movimento Econômico de Micro-Empresa), em relação aos valores iniciais e finais da conta Caixa, sendo aplicada multa de R\$140,00.

04. Declarou incorretamente dados nas Informações econômico-fiscais apresentadas através de DME (Declaração de Movimento Econômico de Micro-Empresa), em relação ao estoque final dos exercícios de 2001 e 2002, sendo aplicada multa de R\$140,00.

O autuado, em sua impugnação à fl. 58 dos autos, contesta os valores exigidos pelo autuante e apresenta um demonstrativo no qual relacionou as datas de vencimento e pagamento do ICMS na condição de Microempresa no período de junho de 2001 a maio de 2002 e na condição de EPP no período de junho a setembro de 2002.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 77 e 78, informa preliminarmente que a empresa foi intimada em 07/07/2004 decorrente de fiscalização horizontal (monitoramento) compreendendo o período de maio de 2002 a junho de 2004.

Quanto ao mérito, diz que o autuado apresentou uma folha digitada, a título de defesa, mas não contestou nada, tendo “apenas relacionado os dados dos DAE anexados às fls. 60 a 75”, sendo que

“os referidos dados estão presentes no demonstrativo do débito – coluna ICMS recolhido, como também nas relações de DAES, fls. 08 a 10, respectivamente.”

Finaliza pedindo que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Da análise das peças processuais, verifico que, em relação às infrações 01 e 02, o autuado não contestou os valores apurados pelo autuante no demonstrativo à fl. 08, limitando-se à apresentação de um demonstrativo dos recolhimentos feitos no período de junho de 2001 a setembro de 2002. Entretanto, o autuante já havia considerado os valores pagos no seu demonstrativo de fl. 08, no qual lançou os valores escriturados pelo próprio contribuinte no livro Caixa constante às fls. 13 e 43. Como o autuado não demonstrou a ocorrência de qualquer erro de procedimento por parte do autuante não se estabeleceu nenhum contraditório, o que constitui de fato apenas a negativa do cometimento da infração. Neste caso deve ser aplicado o disposto no artigo 143, do RPAF/99 para manter o débito exigido nas infrações 01 e 02, nos valores respectivos de R\$500,00 e R\$9.345,15.

Quanto às infrações 03 e 04, o autuado silenciou perante a acusação. Ademais, a irregularidade foi comprovada pelos valores de saldos inicial e final registrados no livro Caixa, cuja cópia se encontra à fl. 14 do PAF, sem que houvessem sido lançados na DME (fl. 44). Da mesma forma, está comprovada a diferença entre o valor do estoque final registrado no livro de Registro de Inventário de R\$ 321.117,32 em 2001 (fl. 53), enquanto que foi informado o valor de R\$32.117,32 na DME (fl.43). Assim, devem ser mantidas as penalidades aplicadas nas citadas infrações.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **207095.0805/04-3**, lavrado contra **FERONIT COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.845,15**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, mais a multa no valor de **R\$280,00**, prevista no art. 42, XVII, “c” da citada Lei.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de novembro de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA-JULGADOR